



DEMOCRACIA, PROXIMIDADE E PODER LOCAL

O Poder Local Democrático é, indiscutivelmente, uma das grandes conquistas da Revolução de Abril de 1974, que tem sido, ao longo de quase cinco décadas, o principal responsável pelo desenvolvimento do nosso país, e se constituiu como motor de transformação das condições de vida das populações, espaço de afirmação de direitos e de construção democrática.

O Poder Local Democrático tem-se afirmado na nossa vida quotidiana com a participação ativa de muitos milhares de homens e mulheres, jovens e menos jovens que, com muita dedicação e empenho protagonizam o crescimento e desenvolvimento das suas terras, deixando para trás a triste memória de pobreza imensa, da falta de infraestruturas, de analfabetismo e de carência das mais elementares condições de vida digna, em resultado de 48 anos de ditadura fascista, apostada na manutenção da ignorância, do medo, da repressão e do subdesenvolvimento, como forma de se perpetuar no poder.

Poder Local Democrático tantas vezes em contra corrente com o Poder Central, nomeadamente pelo sistemático incumprimento da Lei das Finanças Locais, encontra-se perante um novo e gigantesco desafio, consubstanciado na obrigatória descentralização de competências do Poder Central para as autarquias locais, que mais não será que uma evidente desresponsabilização daquele em matérias de enorme importância para a vida das populações, sem os recursos e meios financeiros adequados, nem um verdadeiro reforço efetivo da decisão local sobre os destinos das populações.

Às autarquias locais incumbe prosseguir a transformação dos seus municípios e freguesias com mais e melhores respostas para as suas populações, num verdadeiro caminho de progresso, constituindo-se como verdadeiras pontes entre o presente e o futuro, que se pretende como territórios de liberdade, progresso e qualidade de vida, no nobre objetivo de prosseguir o caminho sonhado pelos homens e mulheres de Abril.

Juntos, autarcas, trabalhadores das autarquias, instituições e populações, celebremos o que as autarquias representam de proximidade às populações, em resposta aos seus anseios e expectativas e continuemos a defender os valores de Abril, de justiça social, de cidadania, de emprego e de trabalho com direitos, de desenvolvimento sustentável e o inquestionável valor coletivo do Poder Local Democrático.

A URAP – União de Resistentes Antifascistas tem desenvolvido, e continuará a desenvolver uma intensa e crescente ligação às autarquias locais, fundamentalmente sob a forma de estabelecimento de protocolos de colaboração, tendo em vista a divulgação da actividade geral da URAP e da actividade local dos seus núcleos, contando com a inestimável e indispensável cooperação dos respetivos eleitos, para a construção de pontes com o movimento associativo e a comunidade escolar, contribuindo com estes para a consolidação dos ideais de Abril e a defesa intransigente dos valores democráticos e progressistas na sociedade portuguesa.

VIVA O PODER LOCAL
DEMOCRÁTICO!

VIVA A URAP!

Carlos Mateus

ROTEIRO DA RESISTÊNCIA EM MONTEMOR-O-NOVO

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo criou um roteiro que lembra a dura resistência dos montemorenses ao fascismo e o seu empenho na luta pela democracia, antes e depois da Revolução de Abril. - págs. 6 e 7

URAP NA SÉRVIA EVOCA RESISTÊNCIA AO NAZI-FASCISMO

- pág. 9

LIVRO «ELAS ESTIVERAM NAS PRISÕES DO FASCISMO»

APRESENTADO EM TODO O PAÍS - pág. 12

NÚCLEO DE ALMADA EVOCA FERNANDO MIGUEL BERNARDES

O núcleo de Almada da URAP homenageou Fernando Miguel Bernardes, de 91 anos, dia 10 de Julho, na Associação Cultural Manuel da Fonseca, no Pragal. Seis vezes preso, julgado e condenado, passou pelas cadeias políticas de Coimbra, Porto, Lisboa e Caxias.

Na sessão, entrevistaram José Manuel Maia, do Conselho Nacional, que falou sobre a vida e obra do homenageado, e Carlos Mateus, do Conselho Directivo, que enquadrou a iniciativa no contexto da actividade da URAP.

Mário Araújo, igualmente do Conselho Nacional, que partilhou a cela de Caxias com Fernando Miguel Bernardes, revelou os seus valores intelectuais e de profundo humanismo, generosidade e solidariedade.

A cantora Luísa Basto e os músicos João Fernando, autor da música, o saxofonista Jorge Gramaço e o teclista Jorge Nunes, interpretaram uma canção especialmente composta para o efeito, a qual foi gravada em CD. Gil Marovas declamou o poema «A Minha Bicicleta», da autoria do homenageado.

Nascido em Gândara dos Olivais, Leiria, em 14 de Dezembro de 1929, Fernando Miguel Bernardes é Engenheiro Geógrafo com pós-graduação em Cálculo Científico. Docente do ensino superior, foi também técnico superior de sistemas informáticos na Lisnave, e director do departamento de Acção Sociocultural da Câmara Municipal de Almada.

Como escritor, possui uma vasta obra, distinguida com vários prémios literários,



de intervenção política e denúncia do regime fascista em Portugal, como «Escrito na Cela» (1982), sobre a cadeia de Caxias, «Docas Secas» (1991), e «Uma Fortaleza da Resistência» (1991), sobre a cadeia de Peniche.

A Assembleia da República reconheceu o «mérito excepcional da sua contribuição dada à defesa da liberdade e da democracia».

NOS 70 ANOS DO COMÍCIO DE CANDIDATURA DO PROF. RUY LUÍS GOMES

Lembrar a vida dos antifascistas, para que a memória não se apague e para passar o testemunho às novas gerações, é uma das finalidades da URAP, que organizou uma sessão evocativa dos 70 anos do memorável comício de candidatura à Presidência da República do Prof. Ruy Luís Gomes.

O acto evocativo, apresentado por Teresa Lopes, da direcção e do núcleo do Porto, decorreu no dia 3 de Julho, no local onde outrora foi o Cine Teatro Vitória em Rio Tinto, Gondomar. Entrevieram a Professora de História Contemporânea da FLUP, Ana Sofia Ferreira, que expôs com muita clareza o contexto histórico

daqueles anos, pós 2ª Grande Guerra, início da Guerra Fria, integração de Portugal na Nato, violenta repressão sobre o PCP com a prisão de Álvaro Cunhal e outros dirigentes, a figura corajosa do intelectual e democrata Ruy Luís Gomes. Laurentino Silva, do Conselho Nacional, citando vários passos do livro de José Silva «As memórias de um Operário», fez o historial das dificuldades que a candidatura da Oposição enfrentou para fazer campanha, de que é exemplo aquele comício.

Na ocasião, milhares de populares foram corridos das imediações do cinema a cassetete pela Polícia de Segurança e à saída da sessão «o candidato e pessoas que o rodeavam foram agredidas por uma força da PSP. Ficaram registadas no Hospital de Santo António os ferimentos e fortes contusões sofridas em Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura, Lobão Vital, António Paula, Lino Lima, José Almeida, Alberto Pinto, Maria Júlia Guimarães, José Borrego, A. Ferreira da Costa, José Fernandes Bichão, José Almeida Faria, Norberto de Sá, Manuel



Costa, António Magalhães. Muitos outros, também atingidos, não se deslocaram para tratamento no hospital. Outros ainda seriam presos pela PIDE», lembrou Teresa Lopes.

Ruy Luís Gomes foi fundador do MUNAF e do MUD. A sua candidatura contou com o apoio do MUD Juvenil, do MND e do PCP.

Nasceu no Porto, a 5 de Dezembro de 1905, tendo-se licenciado com 20 valores em Ciências Matemáticas, na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, onde também se doutorou, em 1928. Foi professor catedrático na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Destacado cientista, foi preso mais de 10 vezes, demitido da Universidade do Porto e exilou-se no Brasil em 1958, tendo regressado a Portugal apenas após a Revolução de 25 de Abril de 1974.

URAP SAÚDA NOVA DIRECTORA DO MUSEU NACIONAL RESISTÊNCIA E LIBERDADE

A URAP saudou a nomeação de Aida Rechená para primeira directora do Museu Nacional Resistência e Liberdade (MNRL), situado na antiga cadeia do Forte de Peniche.

Aida Maria Dionísio Rechená, 58 anos, é mestre e doutora em Museologia e é desde Março de 2019 museóloga no Museu Nacional da Resistência e Liberdade.

A URAP e a Direcção-Geral do Património Cultural assinaram, em 2020, um protocolo de cooperação, por cinco anos, que visa o desenvolvimento de um conjunto de acções, nomeadamente partilha de conteúdos, previstas no projecto de criação do MNRL.



URAP

Propriedade e edição da
**UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS
PORTUGUESES**

Membro da Federação Internacional de Resistentes

DIRECTORA **ANA PATO**
PAGINAÇÃO E GRAFISMO **SÓNIA SEMIÃO**

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
AV. JOÃO PAULO II, LOTE 540-2D, LJ 2
1950-157 LISBOA • TELEFONE 213 576 083

DEPOSITO LEGAL: 357338/18

MÁRIO SACRAMENTO AGRACIADO COM A GRÃ-CRUZ DA ORDEM DA LIBERDADE, A TÍTULO PÓSTUMO

O Presidente da República agraciou, dia 6 de Julho, a título póstumo, o democrata e antifascista aveirense Mário Sacramento, com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, em cerimónia decorrida no Palácio de Belém.

Na presença da família e no último dia do ano do centenário do nascimento de Mário Sacramento, Marcelo Rebelo de Sousa destacou a figura do homenageado.

Segundo o neto, Vasco Sacramento, esta distinção «muito honra a família» e é «uma condecoração justíssima perante o percurso do médico que nada cobrava aos

pobres, do escritor neo-realista prestigiado, do ensaísta e crítico literário respeitado, mas sobretudo do Humanista que sacrificou a sua saúde, a sua liberdade, o seu património e até o sossego da sua família pela luta pela democracia».

Mário Sacramento nasceu em Ílhavo a 7 de Julho de 1920, e morreu no Porto a 27 de Março de 1969, com apenas 48 anos de idade. Foi detido quatro vezes pela PIDE.

Médico de profissão, notabilizou-se como escritor, colaborando em diversos jornais e publicando ensaios sobre a obra de escritores como Eça de Queiroz,



Moniz Barreto, Cesário Verde, Fernando Namora ou Fernando Pessoa. Militou no MUD, no MUD Juvenil e no PCP, tendo sido o principal obreiro dos dois primeiros Congressos de Aveiro, embora tenha morrido antes da realização do II Congresso, em 1969.

NO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE ORLANDO GONÇALVES



AURAP assinala o centenário do nascimento do escritor e jornalista Orlando Gonçalves, nascido em gosto de 1921, membro da Comissão Democrática Eleitoral (CDE), em 1969 e 1973, e participante no III Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, em 1973.

Após a Revolução, Orlando Gonçalves foi um dos presos libertados da prisão de Caxias, onde se encontrava desde 18 de Abril de 1974.

Em 1943, foi preso, acusado de pertencer ao Socorro Vermelho Internacional.

Orlando Gonçalves estreou-se como escritor em 1948. O seu primeiro romance, *Tormenta*, foi

proibido pela Direcção dos Serviços de Censura e apreendido pela PIDE. Em 1944, pertenceu ao MUNAF e aderiu ao MUD, em 1945. Participou na comissão organizadora da Sociedade Portuguesa de Escritores e, em 1958, na campanha eleitoral de Arlindo Vicente à Presidência da República. A partir de Junho de 1963 assumiu funções no semanário Notícias da Amadora como jornalista, até à sua morte, em 8 de Novembro de 1994.

Foi presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Oeiras (de 1974 a 1977), e membro das assembleias municipais de Oeiras (1977-1979) e da Amadora (1993 e 1994).

NOS 100 ANOS DE JOÃO JOAQUIM MACHADO

No momento em que se assinala o centenário do nascimento de João Joaquim Machado, resistente antifascista e fundador da URAP, lembramos a luta a que se dedicou desde muito jovem pela liberdade e por melhores condições de vida e de trabalho nos campos do Alentejo, as quatro prisões que sofreu (num total de 10 anos), a coragem com que sempre enfrentou os carcereiros e as mais brutais torturas e a abnegação com que abraçou a construção da democracia e da Reforma Agrária.

Por uma vida inteira dedicada às nobres causas da emancipação e da democracia, foi agraciado com a Medalha de Honra Liberdade, Progresso e Justiça Social, da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

CABO VERDE E PORTUGAL CANDIDATAM EX-CAMPO DO TARRAFAL À UNESCO



A ministra da Cultura de Portugal, Graça Fonseca, e o ministro da Cultura e das Indústrias Criativas de Cabo Verde, Abraão Vicente, assinaram, dia 5 de Julho, no ex-Campo de Concentração do Tarrafal, um memorando de entendimento para a candidatura daquele local onde estiveram presos em condições extremamente duras presos políticos portugueses e das colónias a Património da Humanidade da UNESCO.

LEMBRAR A REVOLUÇÃO DE 5 DE OUTUBRO DE 1910 - PORQUÊ?



Manifestação do pessoal da Companhia dos Carris de Ferro, em que estiveram mais de mil pessoas, diante da redacção do *Século* em 5 de Outubro

Os diferentes usos que os indivíduos e grupos fazem do passado são indiciadores da coexistência de memórias concorrentes, alvo de disputas e de conflitos, como de um campo político e cultural em constante reconstrução se tratasse. Nesse sentido, a consensualização da memória, mais do que um combate pelo futuro é antes uma espécie de pacificação sobre um tempo infrutífero e morto.

A memória do «5 de Outubro» não foi nunca uma memória consensual, antes se manifestou sempre como alvo de disputas e de conflitos. No regime fascista, a data era comemorada anualmente pelas oposições democráticas para combater a ditadura e para exigir a libertação dos presos políticos e a reposição das liberdades públicas e da democracia. A estas manifestações democráticas correspondia o regime com repressão, mais prisões e sessões públicas onde se evocava a Primeira República como um regime opressivo, libertário e sanguinolento.

Não terá sido por acaso que, em 2013 – três anos depois das Comemorações do I Centenário da República –, o governo e o Presidente da República da altura se conjugaram para acabar com o feriado do 5 de Outubro, num dos períodos mais negros da história do país, sujeito a uma política excecional de restrições

dirigida pelos grandes centros financeiros internacionais de comando económico e político.

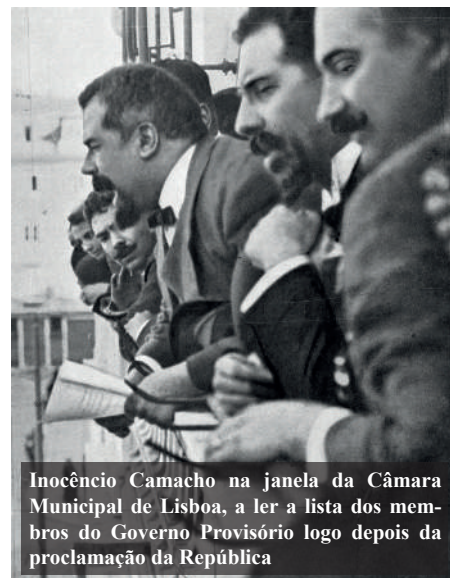
A memória sobre a I República é, pois, ainda hoje, uma memória conflitual e problematizadora das grandes transições que marcaram o séc. XX português: da transição revolucionária que, por processo violento e traumático, derrubou a velha Monarquia dos Braganças, na base de uma promessa redentora do país e dos portugueses, e da transição golpista que, em 1926, prometendo a regeneração e a superação das dificuldades políticas e económicas, se impôs pelo cerceamento das liberdades públicas, em nome da segurança e da ordem castradora da mudança.

As heranças destas transições continuam a ecoar pelo pensamento político dos nossos dias. Para as direitas, a Primeira República continua a ser – como de algum modo o foi para o regime fascista de Salazar –, um regime revolucionário e violento, com grandes ambições patrióticas, mas na verdade incapaz de realizar o programa a que se propôs pelo facto de ter tentado substituir as elites económicas, políticas e religiosas do país por uma nova geração de gentes das camadas intermédias e populares. Ao invés, para as esquerdas modernas que despontavam em 1926, os golpistas serviram-se dos generais

para repor a ordem tradicional que tinha conduzido a Monarquia a um beco sem saída e para bloquear os caminhos da liberdade e da emancipação das camadas populares.

Não são, portanto, inócuas e mortas as memórias da Primeira República e da «Revolução de 5 de Outubro». Exigir um consenso sobre a sua memória é bloquear a batalha (sempre inacabada) entre as diferentes conceções e projetos políticos que animaram (e animam) a luta dos homens pela justiça social e pela igualdade republicana.

Marx afirmava que nenhuma projeção do futuro podia alguma vez substituir o conhecimento seguro



Inocêncio Camacho na janela da Câmara Municipal de Lisboa, a ler a lista dos membros do Governo Provisório logo depois da proclamação da República

que nos advém da análise da história vivida. Não podemos antecipar o tempo da História como o fazemos num laboratório de física com as leis da relatividade. O verdadeiro sentido da História só o percebemos muitos anos depois do acontecido, por vezes no fragor das ondas de choque que permanecem no tempo longo.

Quem pode hoje ignorar a injustiça da «guerra religiosa» movida pelas instituições clericais contra a nova ordem constitucional republicana? Movida por interesses económicos e sociais momentâneos, a Igreja e os seus sacerdotes foram incapazes de compreender e aceitar a modernidade de um Estado que tolerava todos os credos religiosos e impunha o fim da Religião Católica como religião do Estado. Quem não considera hoje execrável a defesa dos velhos privilégios nobiliárquicos que moveram a reação das classes possidentes e togadas em sucessivas incursões e bravatas, até desembocarem na ridícula «Monarquia do Norte»? E quem pode hoje deixar de prestar a maior atenção ao estudo e compreensão das lutas operárias que marcaram o ritmo e a estratégia republicana logo desde os anos de 1911-1912? Muito escoraçada e diminuída estaria a gente operária para, desde o II Congresso Sindicalista de 7 de maio de 1911, invetivar os trabalhadores na sua imprensa a «afastarem-se



Barricada na Avenida da Liberdade no dia 4 de Outubro



Povo armado com a bandeira republicana

dos centros políticos e das ilusões democráticas», orientando-os para a «ação direta», numa descrença completa do «intervencionismo estatal e das reformas legais».

Ou quem pode ainda hoje ignorar o que de trágico trouxe ao séc. XX português a opção colonial republicana, enredada num projeto nacional comprometedor e arriscado, ele próprio motivador da entrada de Portugal na I Guerra Mundial?

Não há, portanto, memórias unívocas e consensuais, quando sujeitas ao Tribunal da História. Elas assaltam-nos na sua irrefragável diversidade, sem que possamos algum dia ignorar a complexidade da vida vivida. Contudo, para além do fragor dessa vida, permanecem princípios que prezamos como valores de cultura e de civilização ainda hoje insuperáveis. E à República teremos sempre que associar, para além da generosidade e honradez sem limites de alguns dos seus construtores, os valores da Liberdade, da cidadania plena, da igualdade (no limite da socialização dos bens), da democracia, do patriotismo, da laicidade, do progressismo, do associativismo e do universalismo emancipador e fraterno.

Também aqui, em torno destes valores aparentemente universais, teremos quem os defenda e quem os combata. Mas é exatamente por essa razão que os republicanos comemoram a República, não como uma prenda oferecida, mas antes como uma jornada de combate.



Barricadas republicanas na Rotunda a 4 de outubro

Luís Farinha
Historiador

MONUMENTOS E MEMÓRIA DA RESISTÊNCIA EM MONTEMOR-O-NOVO

O concelho de Montemor-o-Novo foi um dos palcos mais ativos na resistência aos 48 anos da ditadura em Portugal. Foram muitos os homens e as mulheres que diariamente lutaram por trabalho e por melhores condições de vida, mas também por eleições justas, pela democracia e pela liberdade.

Num recente cruzamento entre dois trabalhos de investigação em torno dos presos políticos do concelho de Montemor-o-Novo, um realizado pela URAP e o outro pelo Município de Montemor-o-Novo, já foi possível reunir os nomes de cerca de 200 presos políticos naturais ou residentes neste concelho. Este número é bem significativo no quadro geral dos presos políticos em Portugal e revela a forte oposição que o fascismo encontrou por estas terras.



Por esse motivo, quiseram a URAP e o Município de Montemor-o-Novo, no passado dia 8 de junho de 2021, assinar um protocolo de colaboração e vêm agora dar a conhecer aos seus leitores o património montemorense mais expressivo da luta contra o fascismo (em caixas, alguns dos monumentos mais emblemáticos).

Esta memória, conjuntamente com a alegria e receptividade que se vivia na época da implementação das Cooperativas Agrícolas do Alentejo, foram algumas das razões para que o Nobel da Literatura José Saramago se tivesse deslocado ao concelho de Montemor-o-Novo com o intuito de se documentar para escrever aquele que foi, como o próprio designou, o seu primeiro grande romance, «Levantado do Chão». A homenagem que José Saramago concretiza nesta obra honra bem a memória coletiva dos resistentes antifascistas alentejanos, em geral, e do concelho de Montemor, em particular, sendo a própria obra dedicada a Germano Vidigal e a José Adelino dos

Santos, trabalhadores montemorenses cobardemente assassinados pelo regime.

Com o intuito de continuar a homenagem de José Saramago e de dar a conhecer aos visitantes as histórias de resistência dos trabalhadores rurais alentejanos, assim como de proporcionar uma experiência turística cultural integrada, o Município de Montemor-o-Novo, em parceria com as Juntas de Freguesia do Concelho, os Municípios de Évora e de Lisboa, a Fundação José Saramago, o Museu do Aljube e a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, inaugurou, no passado 22 de fevereiro de 2020, o Roteiro Literário Levantado do Chão. O Roteiro interliga os concelhos de Montemor-o-Novo, Évora e Lisboa, através de um conjunto de percursos rodoviários (238 km) e pedestres (8 km), onde são apresentados desde os episódios mais marcantes da obra «Levantado do Chão» até aos caminhos percorridos em Lavre pelo Nobel da Literatura José Saramago.

A App é gratuita e está disponível em Google Play e Apple Store

Portal roteirolevantadodochao.pt

Email: roteirolevantadodochao@cm-montemornovo.pt

MONUMENTO DE HOMENAGEM A JOSÉ ADELINO DOS SANTOS

Este monumento foi erguido em 1986 pelo núcleo de Montemor-o-Novo da URAP, no local onde José Adelino dos Santos foi assassinado, a 23 junho de 1958, junto à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, na sequência de uma manifestação na qual os trabalhadores agrícolas protestavam contra a fraude das eleições presidenciais do dia 8 daquele mês, e reivindicavam trabalho e melhores salários.

No monumento, constituído por um bloco de granito partido ao meio, pode ler-se o nome de José Adelino dos

Santos e a data em que foi assassinado. Na sequência desta manifestação, para além de terem ficado feridas outras duas

pessoas, foram presas várias dezenas de trabalhadores, alguns no próprio dia e os restantes nos dias que se seguiram.



MONUMENTO AOS RESISTENTES ANTIFASCISTAS DO ALENTEJO

A história do monumento começa pela vontade do núcleo da URAP de Montemor-o-Novo em homenagear os resistentes antifascistas, primeiro, do concelho de Montemor-o-Novo, mas logo entenderam alargar a homenagem à resistência no Alentejo. Com efeito, foi formada uma Comissão Pró-Monumento formada por José Roque, João Machado, António Calção, José Pereira e Francisco Pinto de Sá.

Numa campanha de angariação de fundos, que contou com a colaboração das autarquias, cooperativas, receitas de espetáculos e outras iniciativas, e também a participação de particulares, foi alcançada a verba de 10.000 contos, então orçamentada. Através de concurso público, foi selecionada a proposta do escultor Helder Batista, natural de Vendas Novas, com uma vasta obra representada em vários museus e salas de exposição por todo o mundo. A inauguração do monumento decorreu a 1 de junho de 1996, tendo sido descerrada uma placa com a dedicatória do Monumento aos Resistentes Antifascistas do Alentejo,



onde se pode ler a epígrafe: «Que os olhos vejam – Que a memória recorde – Que o exemplo não se perca».

Como afirmou, em 1996, o crítico de arte e artista plástico Rocha de Sousa, referindo-se a este monumento, «o muro branco, mais comprido do que alto, redimido da sua inicial e indecorosa implantação na terra, no burgo, no peito dos homens, torna-se memória colectiva,

alguém exerceu sobre ele uma resistência humanizante, operou nele essa fenda logo florescida em forma de rosto. Um rosto que se abre, afinal, como qualquer das nossas portas francas, para deixar passar o irmão, o amigo, o visitante. É um rosto modelado em perfil da cabeça - e nada melhor do que um rosto poderia, erguido e sonhador, simbolizar lutas longas, sonhos, triunfos, esperanças, passagens.»

MEMORIAL À REFORMA AGRÁRIA, A ANTÓNIO MARIA CASQUINHA E A JOSÉ GERALDO (CARAVELA)

Foi inaugurado a 27 de setembro de 2014 no jardim do parque de estacionamento no centro de Santiago do Escoural um Memorial de homenagem ao 40.º Aniversário do 25 de Abril, à Reforma Agrária e a dois trabalhadores rurais da UCP Salvador Joaquim do Pomar assassinados – José Geraldo (Caravela) e António Maria Casquinha –, naturais de Santiago do Escoural.

No Memorial, da autoria de José Monginho, artista plástico natural de Évora, os dois trabalhadores são simbolicamente representados por dois cravos vermelhos. Na inauguração, houve uma romagem ao cemitério de Santiago do Escoural, seguida de um comício com o secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa.

Pode ler-se na placa de inauguração: «40.º Aniversário da Revolução de Abril.



Memorial à Reforma Agrária, a António Maria Casquinha e a José Geraldo (Caravela), assassinados a 27 de Setembro de 1979 pela GNR, nos campos da Reforma Agrária de Abril. Homenagem de democratas, da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural».

Sobre o significado da obra, o autor explica: «Dois pilares vermelhos

que terminam em cravo, simbolizam Casquinha e Caravela, embora assassinados (o furo nos cravos representam as balas), o seu ideal continua de pé, está vivo e alimentado – a razão da presença da água. Junto, um muro, uma barreira que é Povo em defesa das conquistas de Abril, estando gravadas 12 espigas de trigo, que lembram a Reforma Agrária no Alentejo e Ribatejo e as 12 Conferências da Reforma Agrária».

«CONTINUAM AO NOSSO LADO!»

Nos últimos meses, faleceram dedicados antifascistas portugueses. Com percursos diferenciados, todos deixaram a sua marca na luta em defesa da liberdade e da democracia.

Américo Leal

Américo Leal, que pertenceu ao Conselho Directivo da URAP, foi deputado à Assembleia Constituinte e Assembleia da República pelo distrito de Setúbal, membro do PCP desde a clandestinidade, morreu dia 18 de Junho, em Alhos Vedros, aos 99 anos de idade.

Américo Lázaro Leal, que nasceu em Sines a 20 de Janeiro de 1922, foi um grande dinamizador da URAP e foi o criador do núcleo desta organização em Setúbal. Participou com muitas centenas de crianças e jovens em debates e reuniões sobre a luta antifascista e a Revolução de 25 de Abril de 1974. Foi homenageado diversas vezes pela organização, nomeadamente quando cumpriu 90 e 95 anos de idade.

No 25 de Abril de 1974 encontrava-se no Porto. Regressou a Sines, dias depois

do 1.º de Maio, com a sua companheira de sempre Sisaltina Santos. São recebidos pela população em peso, numa demonstração de reconhecimento pelo seu heroísmo na resistência antifascista e na luta pela liberdade e democracia.

Fez parte da comissão local do Movimento de Unidade Democrática (MUD). Destacado resistente antifascista, era membro do PCP desde 1947, tendo vivido na clandestinidade durante 27 anos.

Em 1943 é preso pela PIDE. Permanece 45 dias no Aljube e em 1944 aderiu ao PCP, quando regressou da tropa e à sua terra. Assumiu tarefas na organização do Partido ligada à indústria corticeira e no organismo da direcção regional do Alentejo Litoral. Integrou o Comité Nacional da Cortiça. Iniciou o seu



trabalho na cortiça aos 13 anos de idade. Em 1958/59 é de novo preso em Caxias com a sua companheira e com o filho mais novo de ambos.

É autor dos livros «O Rosto da Reforma Agrária» e «O Vale do Sado no Mundo de dois opostos», editados pelas Edições Avante!, e de «Quem somos! -Testemunhos» (edição de autor).

Otelo Saraiva de Carvalho

Faleceu o coronel de artilharia Otelo Saraiva de Carvalho, no dia 25 de julho, aos 84 anos, o responsável pelo plano de operações militares do 25 de Abril de 1974.

Otelo Saraiva de Carvalho nasceu em Maputo, a 31 de agosto de 1936. Foi mobilizado para Angola em 1961, como capitão de artilharia, onde permaneceu

em comissão de serviço até 1963. Em 1970 foi mobilizado para a Guiné-Bissau até 1973.

Figura importante do Movimento das Forças Armadas, Otelo Saraiva de Carvalho encabeçou o sector operacional da Comissão Coordenadora e Executiva do Movimento dos Capitães que derrubou a mais longa ditadura fascista da Europa,



Olga Prats

A pianista e resistente antifascista Olga Prats morreu dia 30 de Julho, aos 82 anos, na sua casa da Parede, concelho de Cascais, vítima de doença oncológica.

Grande intérprete de compositores portugueses, nomeadamente de quase todas as obras de Fernando Lopes-Graça, de quem foi também grande amiga, Olga Prats para além de pianista foi professora no Conservatório Nacional e na Escola Superior de Música de Lisboa (ESML) até à reforma em 2008.

Antes da Revolução de Abril de 1974, as casas do casal Olga Prats - João Delgado Simões serviram de ponto de apoio a funcionários clandestinos e de local para a realização de várias reuniões de antifascistas.

Maria Olga Douwens Prats nasceu, em Lisboa, a 4 de Novembro de 1938. Com uma carreira de quase 70 anos, foi co-fundadora de vários grupos.

Em 2008, o Estado português reconhece a excepcionalidade da sua



carreira e o seu contributo para a Cultura portuguesa, tendo-a feito feita Comendadora da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada.

SÉRVIA CELEBRA O 80.º ANIVERSÁRIO DO INÍCIO DA LUTA PELA LIBERTAÇÃO DA OCUPAÇÃO FASCISTA

A URAP, enquanto membro da Federação Internacional de Resistentes (FIR), participou, dias 4 e 5 de Julho, na capital da República da Sérvia, Belgrado, no início das comemorações da proclamação do levantamento popular e da resistência contra a invasão nazi.

A delegação da URAP, composta pelo coordenador, José Pedro Soares, e Francisco Canelas, da direcção, interveio na conferência de dia 5 de Julho, realizada pela FIR, expressando aos representantes dos resistentes e veteranos da Sérvia e dos restantes países dos Balcãs a admiração pelos exemplos de valentia e coragem dos seus povos na luta contra a ocupação, contra o fascismo e a opressão e, agora, na luta contra os novos fenómenos de intolerância, racismo, injustiças, pressões, populismos de direita, neofascismos e intromissões externas.

Relembrou ainda que, embora os exércitos de Hitler não tenham chegado ao limite da ocupação do nosso país, como nos outros citados, existia já na ocasião em Portugal uma feroz ditadura que prendia, torturava, semeava o medo e terror e mantinha guerras coloniais nas quais milhares de jovens morreram.

Falou sobre o significado da Revolução do 25 de Abril de 1974 para o povo português e para os povos das antigas colónias, prestando ainda informação detalhada sobre a actividade que desenvolve centralmente e através dos seus núcleos, as conferências e encontros com jovens e professores nas escolas, no grande movimento pela transformação das antigas cadeias do fascismo em Museus da Liberdade e Resistência, das tomadas de posição, da edição de um Boletim e de publicações online, da edição de livros

sobre homens e mulheres na resistência antifascista.

José Pedro Soares foi entretanto homenageado com a Medalha de Lutador pelo presidente da SubNor da Sérvia, Major General Vidosav Kovacevic, pelo seu papel de resistente antifascista e de ex-preso político do fascismo.



COMBATES PELA LIBERDADE

Nas cerimónias do 80.º aniversário do início da luta pela libertação da ocupação fascista participaram delegações de resistentes antifascistas dos restantes países balcânicos - Croácia, Eslovénia, Macedónia, Macedónia do Norte, Bósnia e Herzegovina e Montenegro -, países que integraram a antiga República Federativa Socialista da Jugoslávia.

A par destas cerimónias, os sérvios assinalam também o 25.º aniversário do que chamam «Dia da Memória» das vítimas e do heroísmo do exército e do povo contra os agressores da NATO em 1999. Durante 11 semanas, foram lançados ataques e bombardeamentos aéreos, destruindo infra-estruturas, escolas, monumentos e matando muitos cidadãos sérvios sob a acusação da suposta catástrofe humanitária no Kosovo e Metohija. O conflito terminou a 10 de Junho desse ano com a adopção da Resolução do Conselho de Segurança da ONU.

A Sérvia, e toda aquela região dos Balcãs, foi sempre local de disputas, ocupações, provocações e guerras. Situação que começa a deixar claro para todos aqueles povos e países que é chegada a altura de conversarem, reconhecerem o que de muito positivo fizeram juntos, de reiniciarem um processo de cooperação entre governos e povos para em conjunto combaterem o que continuam a ser as intromissões externas, provocações, extremismos, nacionalismos exacerbados e desajustados, reforçando paz, a cooperação, a democracia e não omitir ou desprezar as lições desse já longo caminho.

Esse foi o sentimento expresso pelos antifascistas representantes dos diferentes países da região, que anunciaram na conferência, que apesar das limitações impostas pela pandemia, serviu o propósito de organizar nos seus países iniciativas idênticas para celebrar o levantamento popular e a luta travada contra a barbárie nazi fascista.



RESISTIR É...TEATRO... É RESISTIR!!!

Em 1948, ou seja em pleno período da ditadura fascista que assolou Portugal, a companhia do teatro Nacional Dona Maria II teve a coragem, e diga-se ousadia e risco, de trabalhar, ensaiar e estreiar «A Casa de Bernarda Alba», de Federico Garcia Lorca. Esse texto/peça maior, enorme grito de liberdade, preâmbulo contra a opressão, castração do indivíduo, enclausuramento da vida, do sonho e do direito a pensar.

Centenas de outros exemplos aqui poderiam ser dados. O teatro em todas as suas dimensões foi, e ainda é, um dos grandes polos de resistência anti-fascista. Desde sempre tem das mais preciosas ferramentas, que estão presentes no processo de conquista da democracia, da liberdade. Seja através dos seus criadores, da sua poderosa mensagem, do seu desejo de questionar, pensar e de convocar, mantendo aquele perigoso e velho hábito de conversar. Sim conversar e conhecer o outro.

Aqui está outro «alto perigo»: conhecer e dar a conhecer!

Mas não foram unicamente nas grandes salas, nos grandes teatros que se gritou, que se cometeu a afronta de resistir. Tal «grito» ecoou também em teatros universitários, amadores, associativos, independentes e claro no teatro operário. Que não se esqueça o exemplo dos refugiados políticos portugueses em França que (um dos grandes núcleos de oposição à ditadura) criaram o grupo Teatro Operário e a sua publicação CTO (cadernos do Teatro Operário), publicação essa que, chegava a centenas de mãos. Foi uma das grandes dores da cabeça da pide além portas, benditas enxaquecas! Por cá o teatro universitário em Coimbra e no Porto fazia o que podia e não podia,



Federico Garcia Lorca

ali às portas de Lisboa um pouco mais tarde, quase a chegar a Sintra era o grupo de Mem Martins que ia arriscando, mas como disse centenas de exemplos aqui poderiam ser dados, exemplos e nomes como o Redol, o Santareno, o Rogério Paulo, a Céu Guerra, tantos, tantos.

Fico a dever ao papel todos os outros, mas a história e o teatro não os esquecem. Não apenas a nível nacional como é evidente, onde a ditadura imperava as ações repetiam-se, a resistência mediada pelo teatro acontecia, voltando a Lorca que na sua terra natal em plena miséria franquista, montou um pequeno teatro de marionetas que, actuava às horas das refeições para as crianças, tentando assim colmatar com palavras, com teatro as malgas vazias e mais o que faltava. Não era pão e circo, era teatro em vez de pão. E ele há tanto exemplo, tal como o trabalho de Bertolt Brecht com os operários das fábricas e os teatros amadores, evidente que também nas grandes salas.



Alves Redol

Passando a fronteira de novo para o lado de cá, devemos também a esta gente que, antes de Abril não desistiu (felizmente maior parte ainda no activo) a tradução de centenas de livros, poemas, textos/peças, literatura política, notícias de jornais estrangeiros (tudo à mão caneta e papel) que de outra forma nunca nos chegariam às mãos. Traduções que circulavam pelo país, pelos tais grupos de teatro, casas particulares onde eram lidas cautelosamente, traduções que informaram e formaram politicamente centenas e centenas de jovens (e menos jovens) dando-lhes a conhecer que a vida existia e que existia de outra forma, que podia ser uma festa e não somente aquele «redil» onde tentavam respirar a medo.

Trabalhei alguns anos (felizmente) com um encenador que, explicava assim o porquê de se ter decidido pelo teatro: «Andava eu em Coimbra a estudar e inscrevi-me no teatro académico, no grupo. Estávamos no processo das escolha

dos textos/peças que queríamos fazer, não escapou uma, enviávamos para a pde, a censura e voltava tudo para trás recusado. Tínhamos então uma peça do mestre Gil Vicente que seria para apresentar mais tarde e decidimos enviar essa, até essa nos proibiram de fazer. Aí pensei «Caramba se estes tipos têm medo de palavras com quinhentos anos, é porque isto é a sério!» e fiquei e cá continuo lutando!

Não será novidade para ninguém que a primeira ação de uma ditadura fascista quando toma o poder é instaurar a censura, aniquilar a arte, a cultura, o teatro! Ainda hoje assim é! Mesmo neste mundo pós-modernista (seja lá isso o que for) a censura tomou outras roupagens, por exemplo a económica...

É um dever, é obrigatório que se diga «O Teatro é e Sempre Será Eminentemente Político!!! É e sempre será uma força de resistência!!!»

É a grande assembleia, a grande convocatória, a grande festa onde essa fantástica criação da humanidade «A Linguagem» se encarna, quebra os medos, propõe, questiona, pensa e comunica, conversa!!! O Teatro tem sido e é brutal com a brutalidade, violento com a opressão, impõe sempre o grande protesto, a palavra como ser revolucionário e não perdoa a tentativa de se tentar acabar com o sonho.

Lembro aqui um tal de Robespierre que, do alto da tribuna aquando da revolução francesa afirmou: «O teatro é a escola primária dos homens esclarecidos!», acrescento, da humanidade.

*Pedro Estorninho,
actor, encenador e dramaturgo*



Mãe coragem, de Bertolt Brecht



«ELAS ESTIVERAM NAS PRISÕES DO FASCISMO» APRESENTADO POR TODO O PAÍS

A URAP continua a apresentar o livro «Elas Estiveram nas Prisões do Fascismo» por todo o país, numa ampla acção desenvolvida pelos seus núcleos, em sessões de convívio que contam com muitos sócios e simpatizantes, acompanhadas por momentos musicais.

O núcleo concelhio do **Seixal** promoveu, dia 17 de Julho, a apresentação do livro, que foi feita por Marília Villaverde Cabral, dirigente nacional da URAP, que de forma clara e sucinta deu uma panorâmica do que podemos encontrar na obra.

A sessão decorreu na Sociedade Filarmónica Operária Amorense (SFOA) e foi dirigida por João Sampainho, do núcleo do Seixal, que numa curta intervenção salientou a regularidade da actividade do núcleo e sublinhou a importância do recente protocolo assinado entre a URAP e a Câmara Municipal do Seixal.

O poder local democrático fez-se representar pelos presidentes das juntas de freguesia de Amora e da União de Freguesias do Seixal, Arrentela e Paio Pires, respectivamente Manuel Araújo e António Santos.

A vereadora da Câmara Municipal do Seixal, Manuela Calado, fez a intervenção final, lembrando o ressurgimento de movimentos fascizantes no momento actual, mas também a esperança de um mundo melhor para todos.

Rúben Martins, também sócio da URAP, cantou duas canções de Zeca

Afonso, dedicadas a mulheres resistentes, e actuou ainda o grupo de música e poesia «Amigos de Abril».

No mesmo dia, o núcleo da URAP do **Barreiro** promoveu a apresentação do livro no jardim dos Franceses, numa iniciativa que contou com a presença das antigas presas políticas Conceição Matos e Apolónia Teixeira.

As oradoras relataram as suas experiências de luta, resistência e maus-tratos infligidos pela polícia política fascista, a PIDE/DGS, durante o encarceramento na prisão de Caxias. A apresentação do livro esteve a cargo de Rosalina Carmona, Ana Pires e Adelaide Silva, do Conselho Nacional, da URAP e terminou com um momento musical pela artista barreirense Valú Damásio.

No dia 24 de Julho, foi a vez de **Setúbal** lançar o livro, numa sessão organizada pelo núcleo da URAP no Auditório Bocage, cedido pela Junta de Freguesia de S. Sebastião.

A apresentação da obra esteve a cargo de Manuela Bernardino, do Conselho Nacional da URAP, que fez um apanhado dos diversos capítulos. O evento foi dirigido pela professora Antonieta Saragoça e o momento cultural ficou a cargo da soprano Juliana Telmo da Companhia de Ópera de Setúbal e da actriz Graziela Dias do Teatro Fonte Nova.

À data do fecho desta edição, estavam marcadas sessões para: **Almada**, a 11 de



Setembro às 16h00, na Incrível Almadense, apresentado por Rita Rato, directora do Museu do Aljube, e um momento musical a cargo de Luísa Basto, acompanhada por Mário Gramaço (saxofone) e por Jorge Nunes (piano); **Moita**, também a 11 de Setembro às 16h00, na FAVO (Fábrica de Artes Visuais e Ofícios de Alhos Vedros), apresentado por Maria Alberto Branco, da direcção nacional do MDM e da URAP, com momento musical e poesia; **Aveiro**, a 18 de Setembro às 16h00, na Biblioteca Municipal - Edifício Atlas, com Fernanda Simões, do núcleo de Aveiro, Alcina Fernandes, jurista, Manuela Silva, e Conceição Matos, ex-presa política, e um momento de poesia com Zita Leal.

CONTRA O BLOQUEIO A CUBA, PELA SOBERANIA

Várias organizações, entre as quais a URAP, e pessoas individualmente juntaram-se, dia 15 de Julho, junto à Embaixada de Cuba, em Lisboa, para exigirem o fim do bloqueio económico, financeiro e comercial dos Estados Unidos, que dura há quase 60 anos e estrangula as possibilidades de um desenvolvimento sustentável do povo cubano. O bloqueio existe desde 1962, apesar da reiterada condenação da esmagadora maioria dos países com assento na Assembleia Geral das Nações Unidas.



AOS SÓCIOS DA URAP

Para regularizar as tuas quotas.

Contacta com o responsável do teu núcleo, ou então através de transferência bancária para o NIB da URAP 0007 0021 0014 3750 00653.

WWW.URAP.PT

www.facebook.com/uniaoderesistentesantifascistasportugueses